



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 15/04/2014 17:12:38, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0009218-52.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Jeferson Fernando de Almeida**
 Requerido: **Hsbc Bank Brasil Sa Banco Múltiplo**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Jeferson Fernando de Almeida move ação em face de **HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo**, alegando que celebraram contrato de arrendamento mercantil tendo por objeto o veículo VW Fox, placa DIW-5319, cor prata, avaliado em R\$ 35.000,00, cujo VRG era de R\$ 30.702,00, para pagamento em 24 parcelas de R\$ 567,26, a partir de 25.05.2008. A ré não atentou para o fato do autor ter adimplido as prestações que estavam em atraso e ajuizou ação de reintegração de posse do veículo, que lhe foi concedida liminarmente no processo que teve curso pela 3ª Vara Cível local, feito nº 87/09. Contestou aquele feito e o pedido da ré foi julgado improcedente, cuja sentença foi confirmada pelo TJSP. Acontece que logo depois da ré ter obtido a reintegração de posse do veículo, vendeu-o em leilão por R\$ 21.600,00. O autor havia pago 7 parcelas do arrendamento e VRG no importe de R\$ 3.958,61. A ré causou danos morais e materiais ao autor. Pede a procedência da ação para condenar a ré a lhe pagar indenização por danos materiais no importe de R\$ 33.958,61, além de indenização por danos morais no valor de 50 salários mínimos, além dos consectários legais e processuais. Documentos às fls. 16/110.

Proposta a conciliação foi a mesma rejeitada pelas partes. O réu

0009218-52.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

foi citado e contestou às fls. 126/147 dizendo da necessidade de suspensão deste processo por força da decisão do Ministro relator do REsp 1.099.212-RJ. Não praticou ilícito algum. Vendeu o bem em leilão por R\$ 21.600,00 pois a posse e propriedade sobre o veículo estavam consolidadas em seu poder por força de decisão judicial liminar. Houve erro no sistema operacional informatizado do réu, que culminou com a manutenção das pendências financeiras contratuais do autor, configurando assim força maior, excludente de responsabilidade civil. Legítima a cobrança do VRG. Este não comporta devolução. Houve o pagamento de 8 parcelas do arrendamento no total de R\$ 4.482,16. O valor contratado fora de R\$ 11.120,00, para pagamento em 24 parcelas de R\$ 560,27. Está apurando eventual saldo credor favorável ao autor para lho restituir. Ausentes danos materiais para o autor. Não houve pagamento antecipado de VRG. O autor utilizou o veículo por 10 meses, motivo pelo qual não há que se falar em devolução dos valores pagos. Inexistiu dano moral em prejuízo do autor. O valor pretendido é exagerado. Improcede a ação. Documentos às fls. 154/183).

Réplica às fls. 186/198. Debalde a tentativa de conciliação de fl. 210, oportunidade em que as partes reiteraram os seus anteriores pronunciamentos.

É o relatório. Fundamento e decido.

Não é caso de suspensão do andamento deste feito por conta da decisão liminar proferida pelo STJ no REsp 1.099.212-RJ. Este litígio refere-se à indenização pelos alegados danos materiais e morais causados pelo réu pelo fato de ter vendido o veículo objeto do arrendamento celebrado pelas partes, depois que o réu obteve a liminar por ato judicial sob o fundamento de que o autor deixara de lhe pagar as contraprestações do arrendamento mercantil, o que não correspondia à verdade. Não existe similitude alguma entre os fundamentos e pedidos desta demanda com o cerne da controvérsia instalada no mencionado REsp.

As partes celebraram o contrato de arrendamento mercantil de fls. 21/25, tendo como objeto o veículo VW Fox, à gasolina, ano e modelo 2005, placa DIW-5319, veículo esse avaliado por R\$ 35.000,00.

Incontroverso que o valor do arrendamento se limitou a R\$ 13.614,48 (cláusula VI, de fl. 22), a ser pago em 24 parcelas mensais de R\$ 567,26. Os R\$ 13.614,48 já incorporaram o valor dos encargos ajustados contratualmente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O réu admitiu no 7º parágrafo de fl. 131 que o autor lhe pagou 8 parcelas de R\$ 560,27, perfazendo o montante de R\$ 4.482,16. Apesar do réu ter recebido do autor prestações em mora, a data desse recebimento precedeu a data do ajuizamento da ação de reintegração de posse do veículo que o réu propôs contra o ora autor, feito nº 87/09, 3ª Vara Cível local, conforme fls. 16/110. Naquele feito ficou definido que o réu-arrendante recebera os valores das anteriores contraprestações e VRG, recebimento que antecedeu o aforamento da demanda, motivo pelo qual o pleito nº 87/09 foi julgado improcedente e confirmado pelo v. acórdão cuja cópia consta de fls. 98/107, que transitou em julgado em 25.07.2012 (fl. 109), não cabendo nenhuma discussão a respeito do quanto ali julgado.

O réu obtivera naquele feito a liminar de reintegração de posse (fl. 26), que foi executada à fl. 28. Incontroverso, também, que o ora réu levou o veículo apreendido a leilão onde obteve pela venda R\$ 21.600,00.

O réu esclareceu que a ação de reintegração de posse fora proposta contra o ora autor por erro do seu sistema que não acusara o pagamento das parcelas do contrato de arrendamento. Trata-se de erro exclusivo do réu. O autor-vítima não concorreu para esse resultado. A falha do sistema do réu de controle de pagamento apenas evidencia a insuficiência do seu sistema e não pode ser catalogada como "força maior", de modo a eximi-lo da responsabilidade objetiva perante o consumidor. Desse erro crasso do réu, graves consequências foram desencadeadas, afetando tanto o patrimônio material como moral do autor, obrigando assim o réu a indenizá-lo.

O autor ficou sem o veículo. Estava pagando adequadamente o VRG e as contraprestações do arrendamento. A título de VRG o contrato de fl. 21 indica que 69,21% tinham sido pagos antecipadamente pelo autor. Os 15,79% (remanescentes do VRG) seriam pagos em 24 parcelas mensais cada uma. O valor da contraprestação do arrendamento foi ajustado em R\$ 323,10. Como o valor da parcela mensal era de R\$ 567,26, segue-se que o valor mensal do VRG que vinha sendo pago pelo autor era de R\$ 244,16. Como já assinalado, o autor já havia pago 8 prestações previstas no contrato de arrendamento.

Quais foram os danos materiais sofridos pelo autor? Se o valor do bem tinha sido avaliado em R\$ 35.000,00 (fl. 21), e considerando que o autor constituiu a dívida contratual de R\$ 13.614,48 e pagou 1/3 desse valor (R\$ 4.538,16), razoável que se proceda à operação seguinte: R\$ 35.000,00 - R\$ 9.076,32 = R\$ 25.923,68. Esse é o valor dos danos materiais experimentados pelo autor. De pouca relevância o fato do réu ter vendido o veículo em leilão por R\$ 21.600,00. O único aspecto interessante nesse fato é o de que o produto obtido se aproxima muito do valor dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

prejuízos materiais tidos pelo autor. A correção monetária incidirá sobre R\$ 25.923,68 desde a data da venda extrajudicial do veículo, qual seja, 12.03.2009 (fl. 78).

Sem dúvida que o réu praticou danos morais em prejuízo do autor. Este estava adimplindo rigorosamente os termos do contrato de arrendamento mercantil. Apesar disso, o réu criou situação de substancial embaraço para o autor, imputando a este o inadimplemento contratual, e que por não ter pago prestações vencidas e nem restituído o veículo estava a praticar esbulho possessório do bem, tanto que toda essa falácia lhe possibilitou obter liminar judicial de reintegração de posse, a qual imediatamente depois de executada, fez com que o réu se apressasse em vender o veículo em leilão. A reintegração de posse se efetivou em 02.02.2009 (fl. 28) e o leilão em 12.03.2009 (fl. 77/78). A decisão de fl. 43 proferida no processo originário determinou a devolução do veículo em favor do ora autor, a qual fora proferida em 03.02.2009, tendo o ora réu dela tomado ciência em 13.02.2009 (fl. 43-v). Apesar disso, indiferente ao contexto daquele litígio, não se pejou em levar a leilão o veículo praticamente um mês depois de ter recebido a intimação de que o ora autor ficaria como depositário do bem por força da comprovação dos pagamentos em data anterior à propositura da própria ação possessória.

Todo esse contexto de abusos consecutivos praticados pelo réu, geraram danos morais para o autor. O réu terá que indenizar o autor por esses intensos desmandos. Arbitro a indenização no valor de R\$ 20.000,00, considerando a intensidade da culpa do réu e do seu infinito poder patrimonial e financeiro, fato notório. Referido valor se mostra compatível com a dimensão dos danos morais experimentados pelo autor e também guarda consonância com o princípio da razoabilidade, e servirá como fator de desestímulo para o réu não reincidir nessa conduta.

JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação para condenar o réu a pagar ao autor as seguintes verbas: a) indenização por danos materiais no valor de R\$ 25.923,68, com correção monetária a partir de 12.03.2009, juros de mora de 1% ao mês contados da citação; b) indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00, com correção monetária a partir de hoje, juros de mora de 1% ao mês, contados da citação. Sobre as condenações supra incidirão 15% de honorário advocatícios, custas do processo e as de reembolso. O percentual só não foi maior pois o autor experimentou pequena sucumbência, fato considerado quando do referido arbitramento.

Depois do trânsito em julgado, o autor terá 10 dias para apresentar requerimento da fase de cumprimento da sentença, nos termos do art. 475- B e J, do CPC. Caso o faça, intime-se o réu para pagar o montante do débito sob pena de incorrer na multa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

de 10%, além de novos honorário advocatícios da fase de execução, no importa de 10% do débito exequendo, e custas devidas ao Estado no valor correspondente a 1% do valor do crédito exequendo.

P.R.I.

São Carlos, 22 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**